3

Narrativa e Posicionamento

“A palavra se dirige ao outro”, diz Bakhtin, “e nesse gesto o outro já está posto”
(AMORIM, 2002, p. 12)¹⁴

Introdução

Esta pesquisa tem como foco as experiências de violência familiar e também sofrimento vivido por alunos, na percepção de educadores. A narrativa é central neste estudo, uma vez que é por meio das histórias que os narradores contam que “a experiência humana da violência e do sofrimento é organizada” (BASTOS, 2008, p. 77). Por essa razão, dedico este capítulo a uma revisão teórica sobre a narrativa, chamando atenção para os seus aspectos centrais. Em primeiro lugar, apresento o modelo laboviano de narrativa (LABOV E WALETZKY, 1967; Labov, 1972) e os seus elementos. Concomitantemente, apresento a visão de narrativa que a partir da abordagem interacional do discurso, isto é, uma compreensão da narrativa como um processo no qual “o narrador se engaja em uma dramatização de sua experiência” (BASTOS, 2008, p. 77), tendo em vista a sua audiência. Reflito sobre narrativa como uma prática discursiva na qual os participantes estão envolvidas na *performance* de quem são (FABRÍCIO & MOITA LOPES, 2004; MOITA LOPES, 2009; BAUMAN 1986, BUTLER; 2008, 1997). Chamo atenção para o fato de que, o evento narrativo é um processo de co-construção da vida social, *i.e.*, um processo dinâmico por meio do qual as pessoas constroem a realidade social na sua relação com o outro (BAMBERG, DE FINNA & SCHIFFRIN, 2007, DE FINA & GEORGAKOPOULOU, 2008; BASTOS 2004, 2005, 2008; MISHLER, 1999; MOITA LOPES, 2002, 2003 2006, 2009; SARANGI, 2010; SCHIFFRIN, 1996, 1884). Reflito também sobre a contribuição de Erwin Goffman (2005, 2002, 1974) em relação aos seus estudos sobre fala em interação, que contribuem para compreender o que as pessoas fazem quando estão na presença dos outros. E, finalmente, apresento a noção de posicionamento

¹⁴ AMORIM, Marília. ‘Vozes e Silêncio no Texto de Pesquisa em Ciências Humanas’. Cadernos de Pesquisa, n. 116, pju.1 h7o-1/ 92,0 j0u2lho/ 2002

(BAMBERG, 1999, 2002; HARRÉ & LANGEHOVE, 1999) como sendo um construto fundamental na análise das narrativas, uma vez que ele nos permite observar como narradores e ouvintes se posicionam vis-à-vis um ao outro, e como os personagens são localizados nas histórias. Esses posicionamentos nos permitem interpretar as identidades sociais que estão sendo construídas discursivamente naquele evento discursivo. Discuto, finalmente, a noção de enquadre e alinhamento de Goffman (1974), que contribuem para compreendermos o que como os falantes interpretam o evento discursivo, por meio da suas ações.

3.1

Visões de narrativa

3.1.1

O modelo laboviano e narrativa como co-construção da vida social

Contar histórias é uma atividade por meio da qual, segundo Bamberg (2007), damos sentido a uma vida sem sentido. Narrar é um modo de nos organizarmos e também de interagirmos com o outro. Assim sendo, o estudo da narrativa permite compreender como as pessoas agem no e sobre o mundo social e como o mundo social age sobre elas. Por essa razão a narrativa tem sido útil para estudiosos interessados em entender o que as pessoas fazem em uma interação verbal e que significados elas constroem sobre si e sobre os outros.

Para Labov (1997, p. 395), “as narrativas são formas privilegiadas de discurso que têm um papel central em quase todas as conversas”. Ele as define como sendo “uma escolha de uma técnica linguística específica para relatar eventos passados” (id. *ibid.*, p. 395). Segundo Labov (1972), a narrativa é um método de recapitular uma experiência passada combinando seqüências verbais de orações a seqüências de eventos que ocorreram. Elas são ordenadas em seqüências temporais. Seu esqueleto é composto de orações temporalmente ordenadas chamadas orações narrativas. Labov (1972) considera uma seqüência de duas orações temporalmente ordenadas com uma única junção temporal como sendo uma narrativa mínima.

Para Labov e Waletzky (1967), “o que faz a recapitulação de experiências ser uma narrativa - e não um relatório, por exemplo - é o fato de ela remeter a um

acontecimento específico - e não a hábitos passados ou ações recorrentes -, ser estruturada numa seqüência temporal, ter um ponto e ser contável” (BASTOS, 2005, p. 74). Uma das questões centrais enunciadas por Labov (1972) é que “o ponto da narrativa é sua razão de ser, é o motivo pelo qual ela é contada, o que está contido em sua mensagem central” (BASTOS, 2005, p. 74). Conforme aponta Bastos, o ponto da narrativa tem, normalmente, relação com o tópico da conversa. Mas, além de ter um ponto, é preciso que narrador indique que o pretende contar seja do interesse do interlocutor, uma vez que uma história trivial não tem ‘reportabilidade’, não merece ser contada e não vale a pena ser ouvida, nem por esta nem por uma outra audiência. De acordo com Schiffrin (1984), experiências nas quais as pessoas agem de acordo com as regras dificilmente são reportáveis, ou seja, a quebra de regra torna o acontecimento mais narrável. Além disso, é preciso que a história tenha credibilidade, uma condição sem a qual ela dificilmente atrairá interesse. Portanto, uma história deve ter uma razão de ser, deve ser contável e deve também ser crível. Schiffrin (1984, p. 323) argumenta que,

Embora os aspectos negociáveis das histórias sejam mais predominantes no seu (proposto) ponto de entrada, outras negociações permeiam a narração da história (...). Essas negociações dizem mais respeito ao estabelecimento do significado dos eventos narrados (...), se concentram (...) nos dispositivos avaliativos e no conteúdo da história como modos de mostrar o ponto da história.

De acordo com Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), a narrativa tem uma estrutura cujos elementos podem ser optativos ou obrigatórios: o resumo, a orientação, a ação complicadora a avaliação e a coda.

O resumo, ou a abertura de uma história, é um desses elementos opcional. Ele se caracteriza por ser um breve resumo do que será a história (Labov 1972). O narrador sinaliza para o interlocutor a importância do que vai narrar, dizendo, por exemplo: “aconteceu uma coisa muito estranha”. Essa é uma estratégia, dentre diversas utilizadas para abrir a sua história, que indica para o ouvinte que o narrador vai precisar de um turno mais extenso, porque tem algo relevante a dizer. Schiffrin (1984) observa que iniciar uma história não é uma tarefa sempre fácil, pois em uma conversa é preciso que o falante indique quem será o próximo falante, caso contrário ele corre o risco de ter o seu turno tomado antes de completar o seu ponto, isto é, de terminar a frase.

A abertura que convida a audiência a ouvir a história, seguida da sua contextualização, prepara o ouvinte para um momento crucial que é a ação complicadora, sem a qual a história não existe. Ela se caracteriza por ser “uma seqüência de enunciados temporalmente ordenados, que remetem a eventos passados e que tipicamente se constroem com verbos no passado” (BASTOS, 2005, p. 75). Bastos chama a atenção para o fato de que a ordenação temporal da ação complicadora laboviana descreve como os eventos aconteceram do ponto de vista do narrador, o que quer dizer que, se a ordem das ações for mudada, a interpretação dada ao evento será outra.

Outros elementos identificados por Labov podem estar presente na narrativa. A orientação, por exemplo, é utilizada pelo narrador para contextualizar “o evento a ser relatado, indicando tempo, lugar, pessoas, circunstâncias (...) de forma a situar o ouvinte em relação ao que vai narrar” (BASTOS, 2005, p. 75). Ela pode estar presente em diferentes momentos da narrativa, sempre que o narrador sentir necessidade de identificar onde e quando a história ocorreu e os seus personagens.

Um dos elementos estruturais e que dá sentido à narrativa é a avaliação. Ela comunica o ponto de vista do narrador em relação à história, informando o ouvinte sobre a carga dramática ou o clima emocional da narrativa. Segundo Labov & Waletzky (1967) & Labov (1972) há dois tipos básicos de avaliação: a avaliação encaixada e a avaliação externa. A avaliação encaixada é construída ao longo da narrativa. O narrador faz uma observação sobre o evento na qual expressa o seu sentimento; cita o que disse anteriormente para uma segunda pessoa dentro da narrativa ou introduz uma terceira pessoa que avalia as ações do antagonista para o narrador. A avaliação externa, por sua vez, “acontece quando o narrador suspende o fluxo da narrativa e diz diretamente para o ouvinte que sua experiência foi horrível, ou perigosa, ou estranha, ou divertida e etc; ou explica para o ouvinte o porquê de suas emoções em relação aos eventos reportados” (BASTOS, 2005, p. 75). Segundo Bastos, ao fazer uma avaliação interna, o narrador utiliza recursos discursivos, tais como intensificadores lexicais. São eles a fonologia expressiva, que é o alongamento de vogais, aceleração ou diminuição do ritmo da fala, o aumento ou redução do volume da voz. Ou um recurso é a uso das repetições, ou, ainda, quando o narrador utiliza falas próprias. Ou ainda, o uso das falas do próprio narrador ou de outras pessoas, i.e. a ‘fala relatada’ ou o

‘discurso construído’. Tannen (1989) prefere chamar esse recurso de ‘diálogo construído’ porque, “o termo fala relatada sugere que uma pessoa pode falar as palavras de uma outra e mantê-las como sendo a palavra do outro” (TANNEN, 1989, p. 101). Para ela, não é possível relatar uma fala tal qual enunciada pelo falante por duas razões. A primeira delas é o fato de que, conforme argumenta Tannen (1989, p. 101), “o que aparece no discurso como sendo diálogo ou ‘fala relatada’ nunca foi dito por ninguém de maneira nenhuma”. Essa fala é apropriação de um outro e não mais do seu falante original, como se supõe. A segunda é que se um diálogo é usado para representar a fala de uma outra pessoa, “no momento em que uma enunciação é repetida pelo falante atual, ela existe, fundamentalmente, se não somente, como um elemento do contexto relatado” (*id. ibid.*, p.101), o que a modifica. Ou seja, o discurso relatado é transformado pelo contexto relatado. Fala relatada e contexto relatado são, assim, indissociáveis.

Sobre o elemento ‘avaliação’ na estrutura da narrativa, de acordo com Labov (1972), ela forma uma estrutura secundária, que pode ser encontrada de diversas formas ao longo da narrativa. Na ação avaliativa o narrador descreve o que as pessoas fizeram e não o que disseram, como, por exemplo, ao narrar uma experiência de um acidente, o falante diz: “*eu tive muito medo. As pessoas vieram me ajudar e eu não conseguia nem ficar de pé. Tremia dos pés à cabeça*”.

De acordo com Schiffrin (1984), a informação avaliativa pode contribuir com a história em diferentes níveis. Ela pode reforçar o ponto da história, o seu lado engraçado ou trágico, contribuindo, assim, para causar o efeito pretendido do narrador sobre os ouvintes, por meio de recursos lingüísticos utilizados na elaboração da sua fala. O narrador pode também fazer uma avaliação compartilhada com o objetivo de fechar a história, dizendo, por exemplo, “*você sabe, né?*”, pressupondo que o ouvinte concorda com ele, ou então, convidando-o a concordar.

O elemento final, a ‘coda’ sinaliza que a narrativa acabou. Ela é a ligação entre o tempo da narrativa e o presente e também fecha a seqüência das ações complicadoras. Além disso, codas podem conter observações gerais ou apresentar os efeitos que os eventos narrados tiveram no narrador, como, por exemplo, ao terminar uma estória na qual relata a sua decepção com um tratamento recebido em um restaurante, o narrador diz: “*e eu nunca mais vou voltar lá*”. Conforme aponta Bastos (2005, p. 75), “a coda pode também ter um caráter avaliativo,

contendo comentários morais sobre os efeitos dos eventos no narrador, ou sobre o modo como o mundo é ou deveria ser”. Assim, de acordo com o ponto de vista laboviano, uma narrativa completa começa com uma orientação, prossegue com a ação complicadora, é suspensa no foco da avaliação antes da resolução, conclui com a resolução e retorna ao ouvinte no tempo presente com a coda.

Schiffrin (1984) chama atenção para o fato de que esses elementos identificados por Labov são negociados entre os participantes. Além disso, o processo de negociação é realizado pelo uso tanto de recursos lingüísticos quanto não lingüísticos, e os marcadores discursivos podem fazer emergir significados diferentes durante o evento narrativo para indicar diferentes intenções do falante. Então, nesse sentido, pode-se dizer que os aspectos discursivos contribuem para a coesão interpretativa e coerência interacional do discurso, *i.e.*, o discurso é realizado por meio da relação entre estruturas, significados e ações que são moldados por significados sociais e culturais (BASTOS, 1999, 2002; MOITA LOPES, 2001, 2002; SCHIFFRIN, 1984, 1996 e outros).

Sobre a ordem temporal, Schiffrin (1984) argumenta que a narrativa tanto pode ser um modo de recapitular experiências passadas como também uma estratégia “por meio da qual os falantes organizam as informações para fins sociais e/ou de expressivos” (SCHIFFRIN, 1984, p. 324). Combinar orações a eventos é uma forma de transformar os eventos passados na perspectiva do narrador e de colocar a audiência na posição do narrador. Portanto, a ordem temporal tem o papel de transformar a audiência, *i.e.*, ao invés de ser um recipiente passivo de informação ele se torna um participante da experiência. Ela pode ser uma tentativa de moldar a audiência, buscando um alinhamento solidário com a posição que o narrador está sustentando na narrativa (SCHIFFRIN, 1984, p. 324).

Nesta pesquisa, o evento discursivo é entendido como sendo, essencialmente dialógico. É um processo dinâmico por meio do qual os participantes constroem a realidade social na sua relação com o outro. Além disso, quando narram, as pessoas se utilizam de falas e interpretações dos diversos discursos dos quais participam e/ou participaram (MOITA LOPES, 2002; WERSTCH, 1991; BAKHTIN, [1929] 1999). Assim sendo, a fala de uma pessoa é a manifestação de práticas sociais aprendidas ao longo do tempo, na sua relação com o outro. A linguagem narrativa é, desse ponto de vista, um instrumento que nos permite elucidar as nossas pressuposições, os nossos modos de perceber o

mundo e a nossa subjetividade (SCHIFFRIN, 1996). Ela emerge nas mais variadas situações de interação verbal. As narrativas são locais de construção do mundo social e de identidades. Ao contar suas histórias o falante constrói os outros e si próprio. É influenciado pelas suas crenças, interpretações e expectativas da ordem social na qual estão imersos. Agem discursivamente influenciados por relações de poder, reproduzindo-as ou reagindo a elas. O conteúdo da fala é mediado pelas diferenças culturais e pessoais (SCHIFFRIN, 1984) e o modo como os falantes definem o evento certamente são cruciais no modo como moldam as suas verbalizações (BASTOS, 2005, 2008; TANNEN, 1980). “As histórias são recursos não só de desenvolvimento e apresentação de um ‘self’ como uma entidade psicológica, mas como de alguém localizado em um mundo social e cultural” (SCHIFFRIN, 1996). Assim, segundo Schiffrin (1996), a maneira como contamos a nossa história indica a nossa identidade social e cultural.

As interações verbais são locais ricos de construção do mundo social e de si próprio. Para o sociólogo Erwin Goffman ([1959] 2005), qualquer *performance* verbal é um exercício de apresentação do *self*. Segundo ele, o falante age de diversos modos com o objetivo de construir uma imagem favorável para si. Denomina como sendo um trabalho de ‘face’ esse empenho do falante em construir essa imagem nas suas interações de fala. Ele diz que, “O termo face pode ser definido como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma, através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico (GOFFMAN, [1967] 1980, p. 76). E acrescenta, “face é uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais e aprovados [...]” (*id. ibid.*, p.77). Assim, o empenho em construir uma imagem favorável é a tentativa de fazer “uma boa exibição para si mesma” (*id. ibid.*, p. 77). E mais, “na interação o que é levado em conta não são os atributos da estrutura social, mas os valores agregados a esses atributos, na forma em que são reconhecidos na situação imediata enquanto ela acontece” (GOFFMAN, 1998, p.15). Assim, ao contar uma história, o narrador utiliza a informação como um modo de projetar-se de alguma maneira, dizendo para a sua audiência: ‘*eu sou assim*’. Porém, preocupa-se não só em construir uma imagem favorável, mas também em manter a face na atividade presente. Esse empenho tem a ver com o fato de que a perda da face no presente pode tornar a pessoa

vulnerável no futuro. Para que consiga isso, “é necessário levar em consideração o lugar ocupado no mundo social mais amplo”.

O ato de falar deve sempre ser remetido ao estado de conversa que é sustentado através do turno de fala em particular (GOFFMAN, [1967] 1980). Este estado de conversa, segundo Goffman, envolve um círculo de outros indivíduos ratificados como co-participantes. “A conversa é socialmente organizada não apenas em termos de quem fala para quem em que língua, mas também como um pequeno sistema de ações face a face que são mutuamente ratificadas e ritualmente governadas, em suma, é um encontro social (GOFFMAN, 1984, p. 15).

A narrativa, um evento que emerge em um encontro social, é um relato situado que “possibilita a vida humana transcender a incoerência natural e descontinuidade da vida indisciplinada, impondo um ponto de origem e uma orientação em direção a um fechamento”. (BAMBERG, DE FINNA, SCHIFFRIN, 2007, p. 5). É “uma experiência que dá sentido a uma vida sem sentido” (id. *ibid.*, p. 5). Uma atividade na qual as pessoas agem incessantemente, empenhando-se em construir sentidos de si próprias, do mundo social e do outro com quem interage, com base nas práticas discursivas nas quais se inserem.

3.1.2

Narrativa e Identidades

Os processos narrativos ou discursivos “produzem identidades na forma de sentidos locais e situados de nós mesmos”. (BAMBERG, DE FINNA & SCHIFFRIN, 2007, p. 6). Assim, a visão discursiva de identidades advoga a ideia de que elas não são fixas ou herdadas. Estão, portanto, abertas a mudanças e inovações (FABRICIO & MOITA LOPES, 2004, p. 6). Não são, tampouco, formadas em um vácuo social e o seu processo de construção deve ser contínuo. Para ilustrar esse processo, Sarangi (2010, p. 29) recorre à metáfora de McCall e Simmons:

Identidade, assim como liberdade, deve ser conquistada e reconquistada todos os dias. Cada identidade deve ser continuamente legitimada. Legitimar a estrutura do *self* para cada pessoa é como tirar a poeira de uma casa antiga: se ela começar tirando a poeira da entrada da casa, quando ela chegar no quarto de visita do andar superior, a entrada já está precisando terrivelmente de se tirar a poeira novamente.

Saranghi salienta também que esse processo contínuo de legitimação é orientado para o outro. Ou seja, é preciso pensar a identidade em termos “da dialética entre o *self* e os outros, entre o indivíduo e a sociedade” (SARANGHI, 2010, p. 30).

Existem hoje diferentes abordagens baseadas no discurso sobre as noções de *self* e identidade. Elas são originadas de diferentes tradições e disciplinas. Bamberg, De Finna e Schiffrin (2007), no seu livro “*Selves and Identities in Narrative Discourse*”, propõem que essas noções sejam examinadas do ponto de vista de três orientações diferentes. A primeira, predominantemente enraizada na sociolinguística; a segunda é etnometodologicamente informada e a terceira surgiu com a pesquisa da entrevista narrativa. Porém, eles afirmam que todas as três orientações compartilham a visão de *self* e identidade não como “propriedades essenciais da pessoa, mas como constituídos na fala e particularmente na prática social” (BAMBERG, DE FINNA, SCHIFFRIN, 2007, p. 1).

Identidade é, portanto, o posicionamento social do *self* e do outro (BULCHOTZ; HALL, 2005, p. 586). É “um fenômeno relacional e sócio cultural que emerge e circula em contextos de discursos locais de interação, ao invés de uma estrutura estável, localizada primeiramente na psiquê do indivíduo ou em categorias sociais fixas” (BULCHOTZ; HALL, 2005, p. 585).

Segundo Bulcholtz e Hall (2005), muitas pesquisas em diversos campos têm contribuído para os estudos sobre identidades e essas pesquisas influenciaram a sua proposta de pensar a identidade como sendo um fenômeno social e cultural produzido interacionalmente e não individualmente. A identidade é, desse ponto de vista, “um produto emergente e não uma prática linguística ou semiótica pré-existente” (BULCHOTZ; HALL, 2005, p. 591). São processos sociais, i.e., “não precedem as práticas semióticas que as convida a ser em interações específicas”. Emergem no discurso por meio de “papéis temporários, tais como, avaliadores, contadores de piadas”, dentre outros (id. *ibid.*, p 591). Bulcholtz e Hall (2005) propõem alguns princípios como sendo fundamentais para o estudo da identidade. Em primeiro lugar eles afirmam que a identidade é uma construção discursiva que emerge na interação discursiva. Além disso, propõem que a construção intersubjetiva da identidade seja analisada dentro de contextos interacionais locais. Finalmente, afirmam que a identidade é um fenômeno linguístico que

opera em níveis múltiplos e, assim sendo, é na interação que todos esses recursos ganham significado social.

3.1.3

Narrativa como *performance*

A narrativa refere-se “ao local de embate entre a identidade social e pessoal e não aos atos de um *self* fixo, unificado, estável ou uma essência final que serve como a origem ou a realização de uma experiência” (LANGELLIER, 2001, p. 151). E, conforme afirma Bastos (2008), as narrativas são *performance* de identidades no sentido de que,

contar história é fazer alguma coisa – ou muitas coisas semelhantes – em uma determinada social. Uma dessas coisas é necessariamente a construção das nossas identidades. Ao criarmos cenários, personagens, sequências e ações, nos posicionamos diante de tais cenários, personagens e ações, sinalizando quem somos (BASTOS, 2008, p. 77).

De acordo com Moita Lopes (2009, p. 135), a noção de *performance* tem sido usada em relação à narrativa “no sentido de que contadores no momento de narrar suas histórias estão não só relatando eventos de uma narrativa (os eventos narrados), mas estão também envolvidos na performance de quem são [...]” e o fazem de maneira situada. “Sua forma, significado e funções estão enraizadas em cenas e eventos definidos culturalmente” (BAUMAN 1986, p. 3, *apud* MOITA LOPES, p. 2009, 135). Eles não só constroem sentidos sobre o mundo social, como também agem com atenção aos “valores e ideias preferidos pela comunidade” (MOITA LOPES, 2009, p. 135). A sua *performance* não é livre ou autônoma, no sentido idealizado dos termos, ela engloba necessariamente a vida social. A narrativa é uma *performance* no sentido de que ela “nomeia um lugar onde o social é articulado, estruturado [...]” (LANGELLIER, 2001, P. 150 *apud* MOITA LOPES, p. 2009, 135). O narrar performativo coloca em evidência não só os valores preferidos de uma comunidade, como também aqueles que os narradores aderem ou rejeitam, no modo como o fazem. Narrar nesse sentido é assumir posicionamentos e posicionar, de modo incessante, direcionando a *performance* para um grupo específico e para uma audiência.

De acordo com Langellier (2001, p.150), abordar a narrativa como *performance* significa que, quando uma pessoa conta uma história sobre alguma coisa que lhe aconteceu, ela intensifica a experiência, por meio de detalhes narrativos: discurso indireto, paralelismos, apelos a audiência, aspectos paralinguísticos e gestos, e estabelece “um contrato narrativo de mão dupla entre o narrador e a sua audiência” Nesse sentido, a análise da narrativa não é somente semântica, engajada na interpretação de significados, mas também pragmática. Ela contempla os significados e as condições e conseqüências de se contar uma história de um determinado modo. A *performatividade* contextualiza a narrativa em uma política do discurso, isto é, redes institucionalizadas de relações de poder, por exemplo, a medicina, a religião, a lei, a mídia, a família. As narrativas são, portanto, “territórios onde ontologias de identidade são questionadas e a análise da narrativa/dados discursivos é orientada em direção a manifestações contextuais e situacionais de diferentes identidades”. Em termos mais gerais, na ação verbal, a *performatividade* é a relação entre a forma e a função da comunicação que agem de maneiras complexas na construção social da realidade (BAUMAN, 1990).

A visão de narrativa como *performance* de quem somos orienta a análise desta pesquisa na qual está em jogo o modo como os educadores constroem as suas identidades sociais e profissionais, ao mesmo tempo em que constroem significados do mundo social, por meio dos posicionamentos que assumem nas suas falas e do modo como posicionam as pessoas. Acrescento, outrossim, que a análise contempla segmentos relevantes para o tema da pesquisa, que são narrativas ou não.

3.2

Posicionamento

O conceito de posicionamento “se refere a como as pessoas estão localizadas no discurso ou na conversa quando estão engajadas na construção do significado com outros” (MOITA LOPES, 2007, p. 136), na construção do outro e das suas identidades; identidades essas são renegociadas ao longo das situações interacionais (BAMBERG, 2002). O posicionamento é, segundo Bamberg (1999), um construto útil na análise de práticas de narrativas para localizar narradores, ouvintes e personagens *vis-à-vis* um ao outro e “nas tentativas de construção de

significados nas quais estão envolvidos” (MOITA LOPES, 2003, p. 9). Ele orienta a fala para uma determinada direção e os seus participantes assumem ou atribuem “localizações” para cada membro (RIBEIRO, 2006). Essas localizações ou posições são “em relação a outras pessoas” (van LANGEHOVE & HARRÉ, 1998, p. 16).

Por ser dinâmico, o posicionamento oferece inúmeras possibilidades interpretativas e deve ser compreendido a partir de suas propriedades relacionais e interacionais. Ao longo de uma interação os participantes podem assumir diversas posições, gerando novos significados aos seus relatos. E para que uma pessoa seja posicionada como poderosa, as outras são posicionadas como pessoas sem poder (HARRÉ & van LANGEHOVE, 1999). Além disso, quando uma pessoa se posiciona ou é posicionada de uma determinada maneira, ela própria, ou as pessoas, podem aceitar ou recusar esse posicionamento. Ou seja, as posições que as pessoas assumem não são fixas, ao contrário, elas são permanentemente negociadas entre os falantes e ouvintes. Uma pessoa pode, em um determinado evento discursivo, assumir uma identidade pessoal marcada pelo uso do ‘eu’ e, assim, expressar a sua visão de mundo e contar a sua própria história. Pode escolher, do seu repertório, qualquer uma das identidades que prefere manifestar naquele evento. Assim, uma mesma pessoa é ora um profissional e ora um pai, marido ou filho. Para cada uma dessas identidades, o conjunto de comportamento obedece a um sistema compartilhado de convenções. Ao posicionar-se, a pessoa não age somente sob as pressões e imposições de discursos dados, *i.e.*, ao agir discursivamente, assume posições que lhe são atribuídas ou opta por assumir outras, na tentativa de re-escrever a sua história.

Os posicionamentos que as pessoas assumem nas suas falas e o modo como posicionam os outros nos levam a perceber como elas “agem quando estão envolvidas nas práticas narrativas com os outros, ou em construção discursiva de identidades sociais, tanto como agentes quanto como pessoas que vivem sob discursos dados sócio-historicamente” (MOITA LOPES, 2002, p. 9). As posições que as pessoas assumem não são neutras, ao contrário, são influenciadas pelo conhecimento que elas têm dos mecanismos e regras da sociedade da qual fazem parte. Elas “tornam as ações de uma pessoa inteligíveis e relativamente determinadas como ações sociais” (van LANGEHOVE & HARRÉ, 1998, p. 16). Negociamos os sentidos localmente, influenciados pelas práticas discursivas das

quais participamos, construídas sócio-historicamente - processos sociais de nível macro - e também pelas nossas interpretações do evento discursivo do qual participamos - processos sociais de nível micro (MOITA LOPES, 2006).

Segundo Harré e Langehove (1999), em uma interação, é necessário que os indivíduos reconheçam o seu direito de falar e o seu direito e obrigação de ouvir. Ao assumirem o direito de falar em nome de alguém, por exemplo, assumem, igualmente, um compromisso com o grupo que representam ou julgam representar (MOGHADDAM; TAN, 1999). A conveniência, interesse e necessidade de atender-se a esses aspectos dependem, entretanto, do projeto narrativo dos falantes e do modo como optam por atender-se a esse conjunto de reivindicações ou subvertê-las.

Além disso, os falantes podem também fazer emergir o seu sentido subjetivo de *self*, quando expressam o seu ponto de vista ou quando se apresentam em uma história como atores em um drama (HARRÉ e van LANGEHOVE, 1999), expressando assim a sua identidade pessoal. O posicionamento nos permite interpretar as identidades sociais discursivamente construídas (MOITA LOPES, 2006). O modo como identidades são construídas oferece uma vasta gama de interpretações por parte dos seus interlocutores, que se apóiam nos posicionamentos assumidos como suporte para essas interpretações. Porém, essas interpretações não necessariamente correspondem ao modo como a pessoa pretende ser percebida. Há muitas vezes disparidade entre o conceito que a pessoa faz de si própria e o modo como o outro a percebe. Portanto, os posicionamentos, por meio dos quais identidades são desempenhadas, são passíveis de diversas interpretações, e cada participante em um determinado evento discursivo pode atribuir significados diferentes ao evento e às pessoas que dele fazem parte.

Há uma “relação dialética entre assumir posições e ser posicionado: ambos são esboços realizados conjuntamente, sujeitos a revisão e renegociação. O posicionamento compreende também uma possibilidade de falantes posicionarem “o outro”, falantes – ausentes (GEORGAKOPOULOU, 2007). Segundo Georgakopoulou (2007, p. 124), Bamberg afirma que “um nível do posicionamento na narrativa envolve a representação de personagens, suas descrições e avaliações, as seqüências dos eventos e a maneira como tudo isso se relaciona com as categorias sociais”. Diz ainda que “os aspectos representacionais e referenciais da história

são colocados em usos interacionais, e eles funcionam retoricamente para transmitir o modo como os falantes sinalizam as suas relações com a audiência.”

Ao se posicionarem em uma interação, os falantes interpretam o evento narrativo e os papéis que precisam desempenhar para que possam obter os efeitos desejados. Interpretam o enquadre interacional, lançando mão dos seus esquemas de conhecimentos, assumindo posições orquestradas, i.e., não só reconhecem os seus papéis naquela cena, mas também os papéis dos seus interlocutores. Os seus posicionamentos são, portanto, orientados pela cena na qual atuam: o que devem dizer, como devem fazê-lo, tendo em vista o contexto, de modo coerente e inteligível.

3.3

Enquadre e alinhamento

As noções de posicionamento (Bamberg, 1999) e de enquadre (frame), desenvolvida por Goffman (1974), embora sejam usadas separadamente como ferramenta de análise de interações verbais, têm entrelaçamentos e aspectos complementares no sentido de que em um evento discursivo os participantes se deparam com uma tarefa interpretativa de reconhecer o enquadre interacional e assim assumem posicionamentos, por meio dos quais constroem sentidos sobre si próprios e sobre os outros.

O enquadre, segundo Fabrício (2002) define uma situação interacional, por meio de recursos conversacionais e contextuais, que sinalizam o que está acontecendo naquela interação, além de indicar os papéis dos participantes, em um processo de negociação e cooperação contínua. Assim, a mudança de posicionamento pode estar relacionada à mudança de enquadres. Segundo Goffman (1974, p. 10), “enquadres são princípios organizacionais que governam os eventos – pelo menos os eventos sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles.” Para cada enquadre, espera-se um determinado comportamento por parte dos falantes, tanto do ponto de vista da estrutura organizacional daquele evento quanto em relação à organização do discurso e do seu conteúdo.

Os participantes em uma interação operam com base em alguns conhecimentos compartilhados, utilizando os seus esquemas de conhecimento (FABRÍCIO 2002, p. 83), que são conhecimentos sob os quais operam

interacionalmente. Esses esquemas contribuem para a interpretação dos enquadres; ou seja, em um determinado evento social, os participantes se atêm a certas convenções. Se, porventura, esses esquemas de conhecimentos não forem compartilhados entre os atores da interação, conflitos e mal entendidos podem surgir. Eles são culturalmente moldados, pois dizem respeito ao modo como organizamos os nossos conhecimentos sobre o mundo, conhecimentos esses que nos permitem fazer inferências sobre as novas experiências ou situações sociais com as quais nos defrontamos (TANNEN, 1987).

Vale salientar que, no fluxo das interações, os participantes podem alterar os enquadres interacionais, provocando mudanças contextuais e produzindo novos sentidos, de acordo com o modo como agem naquele evento. Essa noção parte da ideia de que a ação dos falantes é influenciada pelos sistemas de regras da cultura na qual se inserem e pelo contexto imediato da interação. Assim, em uma interação, os participantes interpretam aquele evento tentando responder a pergunta “*o que está acontecendo aqui?*” (GOFFMAN, 2002, p. 70). Assumem os seus posicionamentos com base nos significados escolhem construir naquele contexto, que, por sua vez, permitem compreender quem são naquele evento e como entendem ser a pessoas e o mundo social.

Do ponto de vista de Goffman (1974), a ação dos falantes dentro de um determinado enquadre interacional é definida como alinhamento ou *footing*. Segundo Ribeiro & Garcez (1998, p. 189), “Goffman introduziu o termo *footing* para descrever como os participantes enquadram os eventos e ao mesmo tempo negociam as relações interpessoais, ou alinhamentos, que constituem os eventos”. Mudanças no alinhamento produzem posicionamentos que os falantes assumem durante a interação, tendo em vista os seus interlocutores, o contexto e o seu propósito narrativo, i.e, que efeitos pretendem causar, que significados estão empenhados em construir. Os esquemas de conhecimentos referem-se, portanto, “às expectativas dos participantes sobre as pessoas, objetos e eventos no mundo, conforme classificados a partir de seus alinhamentos em uma interação específica” (TANNEN, WALLAT, 1987, p. 207).

Quando em uma situação de entrevista, interpretamos as posições que os participantes assumem com base no modo como reagem àquele enquadre, as modificações ocorrem no modo como se alinham aos participantes e aos

personagens. Eles alinhamentos produzem posicionamentos que nos permitem interpretar os significados criados na interação.

Por exemplo, uma entrevista tem uma estrutura organizacional que consiste de um entrevistador e um ou mais entrevistados. Nesse enquadre interativo, o entrevistador faz as perguntas. Entretanto, o entrevistado pode se alinhar-se a ele, agindo cooperativamente ou não. O alinhamento é o modo como os participantes interpretam a sua relação com o seu interlocutor e o posicionamento são os sentidos que criam nessa interação com o outro. Além disso, os alinhamentos e posicionamentos não são fixos. Um entrevistado pode, em um dado momento, subverter esse *script* e fazer perguntas, mudando o se alinhamento em relação ao seu interlocutor. Assim, embora essa natureza dinâmica das interações possibilite mudanças ou alternâncias de posições, a condição necessária para que a interação avance é que as pessoas conquistem ou negociem essas posições. No caso de uma entrevista, por exemplo, a condição de entrevistado e entrevistador, que parece atribuir ao primeiro menor agentividade, não é estática, uma vez que ambos podem exercer, igualmente, papéis agentivos. As assimetrias previamente existentes, impostas pelo significado social do que é ser um entrevistador e do que é ser um entrevistado, podem desaparecer no fluxo da interação. Essas relações de simetria/assimetria são posicionamentos que os falantes assumem ao longo do evento discursivo. Assim, nesta pesquisa a noção de enquadre e alinhamento auxiliam na interpretação dos posicionamentos assumidos.